

entrevista da 2ª

Carlos de A. Baptista Junior

Os militares irão prestar continência a Lula ou a qualquer outro presidente

Comandante da FAB nega ser o mais bolsonarista dos chefes militares e vê a radicalização da sociedade com preocupação

PODER

Igor Gielow

BRASÍLIA Questionado se irá prestar continência caso o hoje favorito nas pesquisas eleitorais, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ou outro candidato tome o lugar de Jair Bolsonaro (PL) em 2023, Carlos de Almeida Baptista Junior é direto.

"Lógico. Nós prestaremos continência a qualquer comandante supremo das Forças Armadas, sempre", disse.

Se a resposta parece óbvia, os três anos de governo do capitão reformado do Exército em que os militares voltaram aos holofotes da política a fazem necessária neste 2022.

Não foram poucos, nesse período, que viram com temor a proximidade das Forças Armadas das ideias autoritárias e golpistas do presidente.

E Baptista não é um militar qualquer. É, desde a crise que derrubou a cúpula da Defesa em abril, o comandante da FAB (Força Aérea Brasileira).

Mais que isso, o tenente-brigadeiro-do-ar sempre é citado nos meios militares como o mais bolsonarista dos três chefes que ascenderam na ocasião. Ele dá de ombros.

"Não sei de onde saiu isso. Esse clichê me foi colocado uma hora depois da minha indicação", disse à Folha em entrevista no seu gabinete, na quinta-feira passada (27).

Depois ele sugere a origem: sua atuação nas redes sociais, onde interage com postagens da órbita bolsonarista. "Como comandante da FAB, sempre ratifiquei a posição apartidária da Força. Uma coisa é falar de política, outra é de política partidária", diz.

Em julho passado, Baptista Junior gerou polêmica ao reforçar a crítica feita por Walter Braga Netto (Defesa) à CPI da Covid. Citando militares investigados no Ministério da Saúde, o presidente da comissão, senador Omar Aziz (PSD-AM), falou em "lado podre" das Forças.

O brigadeiro, que havia assinado a nota de Braga Netto com os outros dois comandantes, concedeu entrevista dizendo que "homem armado não faz ameaça". O comandante diz que estava certo.

Sua fala sobre a eleição vem na sequência de um movimento em que Exército e Marinha sinalizaram descolamento de Bolsonaro, como a Folha mostrou recentemente. É uma sinalização institucional a Lula, presidenciável ao qual os militares são mais refratários, e a outros candidatos.

Questionado sobre o fato de que a FAB permite que militares não vacinados contra Covid-19 trabalhem, desde que assinem termos, ele diz os protocolos de saúde são rígidos. Até dezembro, 93% dos 66 mil militares da Força haviam tomado ao menos uma dose, e 65%, as duas.

O comandante também falou sobre a carta na qual anunciou o corte de parte da encomenda da avião de transporte KC-390 da Embraer, primeira russa pública da Força com a empresa que foi dela de



Sargento Bianca Viel/Divulgação FAB

Carlos de Almeida Baptista Junior, 61

Filho do comandante da FAB de 1999 a 2003, o brigadeiro é piloto especializado em aviação de caça, somando 2.200 das suas 4.000 horas de voos em modelos. Entrou na Força em 1975, e chegou ao topo da hierarquia em 2018. Assumiu o comando quando era responsável pela logística da corporação, após a crise militar que derrubou a cúpula da Defesa em abril de 2021



A FAB, e as Forças, tenho certeza, se manterão dentro de sua destinação constitucional [na eleição]. Não tomarão partido, a política não entrará nos nossos quartéis. Não há indução por parte do comando. Como cidadão, vejo com preocupação como estamos radicalizados

1969 a 1994. "A partir de hoje, eu sou o cliente", afirma.

Na troca de comandos, o sr. foi apontado como o mais bolsonarista dos novos chefes. Houve o episódio da CPI da Covid. Como o sr. vê essa avaliação? Acho que isso veio da indicação [do presidente]. Não demorei uma hora, e um site de política me chamou de o mais bolsonarista dos novos comandantes. Não sei de onde saiu isso. Como comandante da FAB, sempre ratifiquei a posição apartidária da Força. Uma coisa é falar de política, outra é de política partidária. Esse carimbo, esse clichê, me foi colocado uma hora depois da minha indicação. Possivelmente porque eu era o único que utilizava, e ainda utilizo, as mídias sociais, com todos os riscos disso, porque acho que é ferramenta importante.

O comandante da FAB é uma figura parcialmente política, e não estou falando de política partidária, estou falando da melhor definição de política, de interlocução com autoridades do governo, em prol da missão da Força Aérea.

Foi um episódio traumático? Foi uma troca de comandantes, que são cargos de livre provimento do presidente, e não vou entrar nessa avaliação, pois não cabe a mim avaliar os atos do presidente. Mas logo depois o voo de cruzeiro voltou à Força Aérea.

Eu tenho 46 anos de FAB. Ela está dentro de seu papel constitucional. Ou seja, não há tendências político-partidárias na FAB, aliás, como as Forças fazem desde 1985. Foi sim uma troca inesperada, mas o voo de cruzeiro está voltando, estamos focando os projetos estratégicos.

E a questão da nota contra a CPI? Cada um de nós que entra nas Forças Armadas faz um juramento, que é a defesa da pátria, e no finalzinho diz "cuja a honra, integridade e instituições defenderei com o sacrifício da própria vida". Aquela nota ocorreu porque a CPI é uma ferramenta da democracia, mas as instituições são o que garante a democracia. A instituição militar, judiciária, a imprensa. Cada um de nós tem uma responsabilidade muito grande.

Aquela nota foi apenas para que a gente firmasse a posição de que um, nós não somos lenientes com erro. Se houver algum militar errando, existe o Poder Judiciário, mecanismos de controle. Mas isso não pode transbordar para o todo. Quando alguém quer atacar a mídia, é muito ruim, se ele quer atacar um repórter que não tem a responsabilidade que deveria ter. Isso serve para militar.

Acho que [o movimento] foi bem recebido, tanto que no relatório final da comissão não foi citada a instituição, mas os indivíduos.

Eu concedi a entrevista [ao jornal O Globo] no dia seguinte porque achei que ficou faltando a gente ratificar a nossa não leniência com desvios. Logicamente, repercutiram outras palavras.

A questão do homem armado não fazer ameaça. Isso serve para qualquer pessoa com arma. É nosso mote, que a arma não serve para ameaçar ninguém. Cumpriu o objetivo.

O ano passado foi todo de crispação política extrema, até o 7 de Setembro [quando Bolsonaro protagonizou atos golpistas]. Desde então, a situação refluíu um pouco, com a entrada do centrão no governo. O sr. acha que essa situação agora reduziu a exposição dos militares? Os militares estão expostos como no governo de Fernando Henrique Cardoso [PSDB, 1995-2002] estavam expostos os acadêmicos e no governo de Luiz Inácio Lula da Silva [PT, 2003-10], os sindicalistas. O presidente Bolsonaro trouxe para o governo dele pessoas de sua confiança.

Essa exposição maior dos militares sob Bolsonaro leva também a uma incompreensão mútua, com a imprensa por exemplo. Mas a relação veio para ficar, não? O poder civil tem pouco interesse historicamente no militar? Eu acho que depende de atividades como essa conversa. O poder civil é muito pouco focado na atividade militar, e talvez dê muito pouca importância à instituição militar. Acho que isso tem a ver com longo período de paz do Brasil, graças a Deus, estamos aqui para evitar a guerra. Isso é dissuasão.

Isso é bom, mas não é bom quando não conseguimos discutir prioridades orçamentárias. Quando não conseguimos colocar a imagem de que somos um seguro de um país riquíssimo. Só se sai desse status atual com muito diálogo.

Sobre a participação das Forças no governo, a FAB, até por ser menor, tem uma participação menor. Isso é normal. Qualquer governo precisa buscar os melhores na sociedade para fazer a gestão, sejam eles civis ou militares, e aí falo de militares da reserva.

O sr. concorda que devam ser da reserva? A lei autoriza o uso de militares da ativa por até dois anos. Esse é um debate muito interessante, como a elegibilidade de militares, juizes, procuradores. Não devemos partir a casuísmos.

Como o sr. vê a tensão eleitoral em 2022, e a eventual mudança total de orientação do próximo governo? Eu receio que nossa sociedade esteja muito dividida, muito polarizada e radical. Isso é ruim para o futuro, estamos chegando a um nível de incapacidade de compreender uma visão diferente, e isso se reflete na disputa política.

A FAB, e as Forças, tenho certeza, se manterão dentro de sua destinação constitucional. Não tomarão partido, a política não entrará nos nossos quartéis. Não há qualquer indução por parte do comando da Força Aérea. Como cidadão, vejo com preocupação como estamos radicalizados, isso não é bom.

Objetivamente, vocês vão prestar continência se Lula ou qualquer outro for presidente? Lógico. Nós somos poder do Estado. A continência é um símbolo. Quando a gente entra nas Forças Armadas, a gente aprende que ela visa a autoridade. Nós prestaremos continência a qualquer comandante supremo das Forças Armadas, sempre.

Quando o sr. encontrou com o Gilmar Mendes para dizer isso [depois da crise da nota da CPI], algumas pessoas perguntaram: "Mas ele não é bolsonarista?". Não, eu sou comandante da Força Aérea, represento uma instituição.

O sr. acredita que há um dano às Forças pela associação com o governo Bolsonaro? As Forças sempre foram as instituições mais respeitadas. Não acho que haja dano como instituição, embora pense que haja uma utilização disso da parte contrária. Os exemplos que damos são as melhores ferramentas que temos, mesmo que a curto prazo isso não seja entendido. A sociedade sabe que pode continuar contando com suas Forças Armadas como instituições de Estado, apartidárias.

O sr. tem alguma percepção de politização na tropa? Não, eu mantenho a tropa informada e damos o exemplo. Logicamente, sei que num ano eleitoral essa preocupação tem de ser enfatizada, pois somos feitos de cidadãos.

O Exército mandou adiantar os exercícios militares até setembro para ter tropas à disposição em caso de confusão na eleição e depois. Haverá algo assim na FAB, isso se aplica? Não, qualquer participação nossa é mais de apoio logístico, o que já fazemos 24 horas por dia. Aqui falamos da questão dos meios.

Nós começamos a pandemia em 24 de fevereiro, a nossa primeira missão foi em 6 de março, fomos buscar os brasileiros em Wuhan. Chegar lá com os países todos fechados foi um trabalho importante. Desde 2013, o Brasil carece de um avião para essa missão. Hoje [quinta, 27] foi lançado o edital para a compra de dois aviões A330 para essa função.

Não há uma sinalização contraditória para a indústria nacional, já que foram reduzidas as compras do cargueiro KC-390 da Embraer? A FAB é feita de um arranjo muito bem pensado de meios, doutrina, infraestrutura, pessoal treinado. Quando vamos aos meios, existe um planejamento baseado em capacidades. O Brasil precisa de 28 KC-390 [recomendação inicial a ser reduzida]? Talvez até mais.

Mas temos de olhar nossa defesa como círculos concêntricos, no centro tem de ter 36 caças Gripen armados, não avião para o [desfile do] 7 de Setembro, depois helicópteros, transporte. O que estamos fazendo é que não dá para ter isso no contrato com nossa realidade orçamentária. Imagina comprar um carro 2021 para receber em 2040.

Mas sua carta aberta à Embraer foi algo inédito, os termos foram duros. Foram. Nesses 50 anos, fizemos opções. Não temos a opção de fazer a Embraer em vez de fazer a Força Aérea. Temos de fazer a Força Aérea, trazendo o spin-off de toda a indústria. Muitas vezes, a opção priorizou a Embraer, para desenvolvimento da indústria. Mas minha função aqui é fazer a Força Aérea. Isso não é algo de governo, viu?, é um processo.

O ministro Raul Jungmann [Defesa, 2017-18] falou isso quando assumiu: precisamos caminhar do possível para o necessário. O que é possível com o limite orçamentário que é dado. Se isso me deixa fazer um desembolso de prioridades e pagar R\$ 1 bilhão por ano em KC-390, só posso pagar um avião e meio por ano. Comprar 28, só vamos receber daqui a 14 anos, não faz sentido para nós ou para a Embraer. Há processos de obsolescência a analisar.

Estamos próximos de finalizar a renegociação. Converso toda a semana com o CEO da Embraer. A Embraer e a FAB são indissociáveis. A lei autoriza a gente reduzir ou ampliar em 25% qualquer objeto contratual unilateralmente sem causar danos ao contratado.

O sr. acha que houve uma inversão de papéis na relação da FAB com a Embraer depois da privatização de 1994? Este é o primeiro parágrafo da minha mensagem. A partir de hoje, eu sou o cliente.